



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC

CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO – CCE

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

MONIQUE HELOÍSA DE SOUZA

SER-MÃE:

olhares interseccionais sobre a maternidade quilombola

**RELATÓRIO TÉCNICO do Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado à disciplina Projetos Experimentais,
ministrada pelo Prof. Fernando Antonio Crocomo, no
segundo semestre de 2017.**

ORIENTADORA: Prof^ª. Daiane Bertasso Ribeiro

Florianópolis

Novembro de 2017

FICHA DO TCC - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - JORNALISMO UFSC		
ANO	2017.2	
ALUNO	Monique Heloísa de Souza	
TÍTULO	Ser-mãe: olhares interseccionais sobre a maternidade de mulheres quilombolas	
ORIENTADORA	Daiane Bertasso Ribeiro	
MÍDIA	<input checked="" type="checkbox"/> Impresso	
	<input type="checkbox"/> Rádio	
	<input type="checkbox"/> TV/Vídeo	
	<input type="checkbox"/> Foto	
	<input type="checkbox"/> Website	
	<input type="checkbox"/> Multimídia	
CATEGORIA	<input type="checkbox"/> Pesquisa Científica	
	<input type="checkbox"/> Produto Comunicacional	
	<input type="checkbox"/> Produto Institucional (assessoria de imprensa)	
	<input type="checkbox"/> Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:
	<input checked="" type="checkbox"/> Reportagem <input checked="" type="checkbox"/> Livrorreportagem	(X) Florianópolis () Brasil () Santa Catarina () Internacional () Região Sul País: _____
ÁREAS	Jornalismo; Gênero; Interseccionalidade; Maternidade; Livrorreportagem.	
RESUMO	Este Trabalho de Conclusão de Curso propõe debater os significados que as mulheres quilombolas da comunidade Toca/Santa Cruz, em Paulo Lopes, atribuem ao ser-mãe. A maternidade é um papel social, uma relação que depende de um conjunto de normas e que solidifica a posição de um indivíduo na estrutura social. Como outros papéis, ela muda conforme as manifestações culturais das sociedades. É frequentemente associada aos conceitos de instinto materno e de obrigatoriedade, como no caso de mulheres brancas. No caso das mulheres quilombolas de Paulo Lopes, é ligada à divisão social patriarcal da comunidade e à preservação do território. Estruturado em formato de livrorreportagem, o texto se divide em um abre e quatro capítulos, um para cada personagem principal. Como fontes, foram ouvidas mulheres que representam a cultura quilombola, assim como psicólogas (os), antropólogas (os) e outras (os) profissionais dedicadas (os) ao estudo do tema.	

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso propõe debater os significados que as mulheres quilombolas da comunidade Toca/Santa Cruz, em Paulo Lopes, atribuem ao ser-mãe. A maternidade é um papel social, uma relação que depende de um conjunto de normas e que solidifica a posição de um indivíduo na estrutura social. Como outros papéis, ela muda conforme as manifestações culturais das sociedades. É frequentemente associada aos conceitos de instinto materno e de obrigatoriedade, como no caso de mulheres brancas. No caso das mulheres quilombolas de Paulo Lopes, é ligada à divisão social matriarcal da comunidade e à preservação do território. Estruturado em formato de livrorreportagem, o texto se divide em um abre e quatro capítulos, um para cada personagem principal. Como fontes, serão ouvidas mulheres que representem a cultura quilombola, assim como psicólogas (os), antropólogas (os) e outras (os) profissionais dedicadas (os) ao estudo do tema.

Palavras-chave: Jornalismo; Gênero; Interseccionalidade; Maternidade; Livrorreportagem.

SUMÁRIO

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	4
2 JUSTIFICATIVAS.....	10
2.1 Tema.....	10
2.2 Mídia.....	13
3 PROCESSO DE APURAÇÃO.....	17
3.1 Pré-apuração.....	17
3.2 Apuração.....	18
3.3 Fontes.....	22
3.4 Redação.....	24
3.5 Formato e diagramação.....	27
3.6 Edição e revisão.....	27
3.7 Imagens.....	28
4 CUSTOS.....	29
5 DIFICULDADES E APRENDIZADOS.....	30
6 REFERÊNCIAS.....	32

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Fosse local, brasileira ou estrangeira, a imprensa corroborou com a necessidade que as sociedades sentiram de, ao longo da história, classificar as mulheres em diversos papéis sociais. Fatores econômicos, políticos e culturais influenciaram para que fossem pautadas, classificadas, sempre relacionadas a alguém, ao outro – fosse esse outro masculino ou não. Com a maternidade não foi diferente. A exclusividade do fator biológico inicialmente fez com que a função maternal fosse atribuída às mulheres. Como qualquer relação social, essa atribuição também foi se modificando conforme o passar do tempo, mas ainda hoje predomina o imaginário social de que o cuidado com os filhos deve ser delegado apenas a elas (FARIA, 2005, s.p.).

Diversas autoras abordaram a maternidade em contraponto à visão hegemônica sobre o tema. Badinter (1985) apresentou como um mito o amor materno ligado ao instinto e à biologia, questionando o rótulo patológico associado à mulher que não apresentava esse amor como uma qualidade inerente. Para isso, a autora norte-americana relembrou em seu texto o costume europeu dos séculos XVII e XVIII de entregar recém-nascidos às amas de leite, para serem criados longe das mães. Segundo estatísticas apresentadas por Badinter, um quarto das crianças não sobreviviam a esse distanciamento, em função da viagem, da fraqueza do leite da ama, de péssimas condições higiênico-sanitárias, fatores climáticos, entre outros. Nem por isso as mães se preocupavam em manter os filhos perto de si ou mesmo em procurar saber o que lhes havia acontecido, provando que o amor materno incondicional não se trata de um instinto ou de uma obrigatoriedade, e sim da formação de vínculo entre progenitora e criança.

Friedan (1971) contesta o sonho feminino que a norte-americana apresenta, a partir da década de 1950, de ser mãe, esposa e dona de casa, assim como a visão social e midiática desse papel:

Finalmente, em brilhante contraste, vê-se a dona de casa e mãe, que vive feliz no seu papel “diferente”, na sua “feminilidade sem par”, na “receptividade e passividade implícitas na sua natureza sexual”. Dedicada à própria beleza e à função de procriar, “tem atitudes verdadeiramente femininas, é admirada pelos homens, pela maravilhosa capacidade, concedida por Deus, de usar saias, com tudo o que isso implica”. (FRIEDAN, 1971, p. 52).

Imaculada Kangussu divide com André Chechinell e Eduardo Subirats um capítulo do livro *Filosofia: machismos e feminismos*. Em sua parte do capítulo, que ela denominou *O oco excelso*, inicia com a primeira representação da mulher na arte (um oco, um buraco, um vazio), apresentando a forma sexualizada e reprodutiva como a mulher foi encarada ao longo da história e como essa visão do corpo feminino passou de acolhedora a assustadora. Com a desvalorização do que representa a figura da mulher, o vazio começa a ser enxergado como uma falha, uma lacuna a ser preenchida, o que obviamente leva ao falo – de maneira mais imediata – e, a longo prazo, à gravidez.

Ao debater a questão do aborto, Tiburi (2014) discorda da classificação da mulher como uma hospedeira para que o embrião se desenvolva, em uma clara preferência da vida fetal à vida materna. A mulher é tratada como *mero corpo que pode gerar e parir*, mas não tem o direito de tratar o embrião como um corpo que pode ser extraído do seu próprio (grifo da autora) (TIBURI, 2014).

Apesar das colocações extremamente pertinentes e atuais, independentemente dos contextos em que foram feitas, as autoras citadas acima fizeram pouco ou quase nenhum esforço no sentido de discutir a maternidade de acordo com divisões interseccionais. Ao tratar de interseccionalidade, adota-se neste projeto o conceito elaborado por Butler (1990):

[...] há o problema político com que depara o feminismo na suposição de que o termo mulheres denota uma identidade comum. Ao invés de um significante estável que dispõe da aprovação daquelas as quais ele se propõe descrever e representar, mulheres, mesmo no plural, se tornou um termo problemático, um lugar de contestação, uma causa de ansiedade. [...] Se “é” uma mulher, certamente isso não é tudo o que se é; o termo não consegue ser exaustivo, não porque uma “pessoa” pré-generificada transcende a parafernália específica do seu gênero sexual, mas porque o gênero não é sempre constituído de forma coerente ou consistente em contextos históricos diferentes, e porque o gênero tem uma intersecção com modalidades raciais, de classes, étnicas, sexuais e regionais de identidades construídas discursivamente. Como resultado, torna-se impossível separar gênero das intersecções políticas e culturais nas quais ele é invariavelmente produzido e mantido (BUTLER, 1990, p. 41, tradução minha)¹.

¹ No original: [...] there is the political problem that feminism encounters in the assumption that the term women denotes a common identity. Rather than a stable signifier that commands the assent of those whom it purports to describe and represent, women, even in the plural, has become a troublesome term, a site of contest, a cause for anxiety. [...] If one “is” a woman, that is surely not all one is; the term fails to be exhaustive, not because a pregendered “person” transcends the specific paraphernalia of its gender, but because gender is not always constituted coherently or consistently in different historical contexts, and because gender intersects with racial, class,

A autora entrelaça o conceito de gênero às noções – às intersecções, como ela salienta – de raça², classe, etnia, sexualidade e regionalidade, assim como a intersecções políticas e culturais. Qualquer aspecto das questões de gênero pode ser trabalhado em relação a esses e outros contextos, e isso também se aplica à maternidade. Apesar de uma maioria considerável dos estudos a respeito de maternidade se referir às mulheres de maneira universal – sempre categorizando-as nas vivências das mulheres brancas, de classe média, heterossexuais, descendentes de povos não colonizados, residentes em áreas urbanas –, a realidade vai além. Esse é um problema presente não apenas em trabalhos teóricos ou acadêmicos; a imprensa brasileira trata o tema de uma maneira homogênea³ e superficial⁴, muitas vezes colocando como modelos de maternidade mulheres que levam uma vida fora do que é considerado cotidiano (celebridades, por exemplo⁵).

Apesar da importância das obras de autoras como Betty Friedan e Elisabeth Badinter, elas descrevem, em seus contextos históricos, sociais e raciais, a pressão que as mulheres brancas sofrem com a imposição da maternidade e da vida doméstica. Outros trabalhos, porém, fizeram um contraponto, tratando do assunto de maneira interseccional ao abordar pelo menos dois dos diversos eixos que a interseccionalidade pode trazer.

Isabel Löfgren e Patricia Gouvêa são duas artistas e pesquisadoras que começaram a trabalhar juntas em 2005, quando participaram do grupo artístico Desordem Obsessiva Compulsiva (DOC). Em 2016, um de seus projetos foi contemplado por um edital da Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro: nascia a exposição *Mãe Preta*, um extenso trabalho de pesquisa, que liga obras e documentos históricos às vivências das mulheres negras durante o período escravocrata. As mães pretas eram, segundo as artistas,

ethnic, sexual, and regional modalities of discursively constituted identities. As a result, it becomes impossible to separate out “gender” from the political and cultural intersections in which it is invariably produced and maintained. (BUTLER, 1990, p. 41).

² O conceito de raça provoca discussões nos âmbitos social, acadêmico, jurídico, entre outros. Conforme explicado por Cardoso e Rascke: “Aqueles que acreditam que as raças existem são denominados racialistas. Como lembra Kwame Appiah (1997), embora seja um erro cognitivo, de graves implicações morais, do ponto de vista das ciências biológicas, este conceito caiu por terra, pois existe apenas a raça humana. [...] Neste sentido é importante compreendê-la enquanto ‘uma construção sociológica e político-ideológica, pois embora não exista cientificamente, a raça persiste no imaginário coletivo e na cabeça dos racistas e, conseqüentemente, continua a fazer vítimas em nossas sociedades’ (MUNANGA, 2010, p. 192).

³ Muniz (2015); Futema (2017).

⁴ Öberg (2017); Bom Dia Santa Catarina (2017).

⁵ RIC Mais (2017); GShow (2017); O Estado de S. Paulo (2017).

Mulheres escravizadas tornadas em puro leite negro: a possibilidade de vida para as crianças brancas dos senhores e de morte certa para seus próprios filhos. [...] Para cada afeto consentido entre a ama e sua pequena “filha” branca houve uma bebê negra arrancada dos braços, depositada na roda dos expostos ou entregue ao azar para morrer. Aquelas mais afortunadas puderam talvez contar com o colo da mãe antes de serem lançadas ao mercado como mais um par prematuro de seios lactantes. Aquelas já nascidas em “ventre livre” puderam almejar quiçá uma vida em liberdade, ao menos por decreto. E todas conhecemos na pele o poder dos decretos sobre o corpo da mulher brasileira. Nas imagens de mulheres escravizadas que seguram seus bebês amarrados em panos às costas nas lavouras ou nas ruas das cidades brasileiras, existe a tentativa de fazer vingar aquele fruto feito do amor com um parceiro de vida na senzala ou do estupro de seus senhores. São sempre detalhes sutis que aqui tornamos explícitos em imagens que, de tão vistas não são mais enxergadas. (LÖFGREN; GOUVÊA, 2016, p. 6).

Davis (2016) também retoma o aspecto histórico das mulheres negras na escravidão, mas explora a ligação delas com os próprios filhos. Diferentemente das mulheres brancas, não era esperado das escravas que fossem esposas, donas de casa, mães (no sentido maternal, e não biologicamente materno, da palavra). As negras eram vistas como força de trabalho, que se diferenciava da masculina apenas por ser castigada com mais uma forma de violência – a sexual.

A relação delas com a maternidade era limitada somente à procriação; eram chamadas reprodutoras, enxergadas como verdadeiras máquinas de fazer mais escravos. Muitas matavam os próprios filhos e filhas, para que não tivessem que sofrer do mesmo destino que elas. Ainda assim, o ambiente familiar era o único em que não estavam sujeitas à dominação branca, o que conferia à família e à prole importância crucial na vida das mulheres negras.

Quanto às mulheres quilombolas, os estigmas históricos a que são associadas têm a mesma origem que os das mulheres negras que não vivem em quilombos. Apesar das particularidades, a escravidão deixou suas marcas de forma intensa nos dois grupos. No caso da maternidade quilombola, porém, principalmente pela ligação forte com as religiões de matrizes africanas, as *Iyás* (mães) são extremamente valorizadas (SANTOS, 2012).

Há divergências de pontos de vista de autores em relação ao grau de participação das mulheres quilombolas, principalmente em razão da multiplicidade de identidades relacionadas às populações remanescentes. Enquanto Santos, por exemplo, eleva-as a um papel de liderança em suas comunidades, Souza e Araújo (2014) relacionam a colocação dessas mulheres em suas sociedades de uma forma mais submissa, dependente da figura masculina, responsável pelo

cuidado com a casa e com os filhos. Böschemeier (2010) apresenta uma mulher quilombola mais livre, que se permite relacionamentos casuais e filhos fora do casamento, que recebe suporte de mulheres mais velhas. Tanto no trabalho da referida autora quanto em minhas visitas à comunidade escolhida para ser o local de pesquisa de meu trabalho, as crianças não possuem apenas as mães biológicas, mas sim uma rede de cuidados que mostra uma união feminina entre gerações, mais uma vez devido à pluralidade de identidades compreendida nesses grupos.

Em uma procura por materiais jornalísticos sobre comunidades quilombolas, foi possível perceber a invisibilização desses povos, mencionados majoritariamente em notícias e reportagens sobre demarcação de territórios, políticas assistencialistas e denúncias de violências.

Invisibilizações e estereótipos são características marcantes da visão colonial dos indivíduos brancos sobre os não-brancos. A colonialidade (principalmente as relações históricas entre colonizadoras (es) e colonizadas (os)) e os efeitos do racismo na sociedade são os principais pontos abordados nos trabalhos de teóricas (os) como Quijano (1992), Schucman (2014) e Sovik (2002).

Segundo esta última autora, a palavra “branco” não precisa ser pronunciado para que a mídia brasileira adote a branquitude como um polo de identificação. No texto *A branquitude e o estudo da mídia brasileira: algumas anotações a partir de Guerreiro Ramos*, ela afirma que a “branquitude brasileira pode ser concebida, então, como uma função ou papel social, como um valor ou ideal na mídia e como um problema ou território a ser explorado, na teoria” (SOVIK, 2002, s. p.).

Schucman segue a mesma ideia da falta de estudos sobre branquitude para reafirmá-la como uma norma implícita e naturalizada pela sociedade. Enquanto encontramos diversos trabalhos a respeito da negritude, pouco se questiona o que significa ser branca (o) no Brasil, como se a branquitude não fosse também raça (SCHUCMAN, 2014). Adotando essa perspectiva no livroreportagem, procurei entremear as histórias das mulheres entrevistadas com reflexões sobre a branquitude e, principalmente, sobre meu próprio lugar de fala. Produzir um material focado exclusivamente nas vivências de pessoas negras, sem tentar promover uma desconstrução de como me coloco socialmente no mundo (da mesma maneira que busco alcançar a (o) leitora (or) branca (o)), significa correr o risco de fazer o que Dyer alerta:

Olhar com tamanha paixão e unicidade de propósito para os grupos não dominantes teve o efeito de reproduzir o sentimento de estranheza, diferença é

excepcionalidades desses grupos, o sentimento de que eles constituem desvios da norma. Entrementes, a norma seguiu adiante, como se fosse a maneira natural, inevitável e comum de sermos humanos (DYER, 1988, p. 44 *apud* SCHUCMAN, 2014, p. 85).

À colonialidade, principalmente à autoimposição da cultura europeia sobre outras, Quijano (1992) atribui as relações de sujeito e objeto que verificamos entre pessoas brancas e não-brancas. Segundo o autor, o olhar colonizador bloqueia as relações de comunicação e intercâmbio de conhecimentos entre as culturas, pois “o paradigma implica que entre ‘sujeito’ e ‘objeto’ não pode haver senão uma relação de exterioridade” (QUIJANO, 1992, p. 16, tradução minha)⁶. Isso explica por que motivo a maternidade quilombola não é vista como outra forma de produzir conhecimento sobre o ser-mãe.

Diante do que foi exposto, este Trabalho de Conclusão de Curso pretende trabalhar e explorar a questão da maternidade quilombola, tendo como referência a comunidade Toca/Santa Cruz, em Paulo Lopes, trazendo como base teórica os olhares interseccionais dos movimentos feministas e também dos movimentos que estudam relações étnico-raciais, tanto aqueles relacionados à negritude quanto à branquitude.

⁶ No original: el paradigma implica que entre ‘sujeto’ y ‘objeto’ no pode haber sino una relación de exterioridad (QUIJANO, 1992, p. 16).

2 JUSTIFICATIVAS

2.1 Tema

No primeiro semestre de 2016, o curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) ofereceu em sua grade a disciplina Jornalismo e Gênero. A dinâmica da disciplina consistia em as alunas e os alunos terem exposições, com palestrantes diferentes, sobre temas relacionados a gênero e que fossem abordados de uma perspectiva jornalística e humanística.

Em uma das aulas, nós, alunas e alunos da disciplina, tivemos contato com o feminismo negro por meio da palestra da mestranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, Nathalia Dothling Reis. Durante suas considerações, ela evidenciou algumas relações entre feminismos e maternidade que me chamaram a atenção. Em minhas vivências de feminismo branco – em um ambiente universitário que, mesmo separado do resto do mundo por uma bolha ideológica, ainda é composto majoritariamente por estudantes brancas e brancos –, nunca havia questionado que a maternidade era uma pauta com ângulos diferenciados entre um feminismo e outro.

Como as relações apresentadas por elas foram pouco aprofundadas naquela aula, principalmente pelo tempo que tínhamos para discutir tantos assuntos relacionados ao feminismo negro, a curiosidade sobre o tema me acompanhou mesmo após o fim da disciplina. O Trabalho de Conclusão de Curso surgiu como uma oportunidade para descobrir mais sobre a problemática e desmistificar algumas visões estereotipadas sobre maternidade, assim como sobre alguns dos feminismos.

Além disso, as escolhas que as mulheres fazem sobre o ser-mãe afetam decididamente a sociedade como um todo. O Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em pesquisa sobre nupcialidade, fecundidade e migração, constatou que a taxa de fecundidade total no Brasil diminuiu consideravelmente nas últimas seis décadas. Até 1960, essa taxa era de 6,0 filhos por mulher, mas atingiu a marca de 1,9 filho no ano em que foi realizado o censo.

A essa queda, atribui-se diversos fatores, como desigualdades econômicas, mudanças institucionais, padrões de consumo, custos de ter um filho. As interseccionalidades, com todos os seus aspectos culturais e sociais, também influenciam nessa escolha.

Fator de influência		Número de filhos por mulher (referente a 2010)
Urbanização	Área urbana	1,79
	Área rural	2,63
Cor ou raça	Branças	1,63
	Pretas	2,12
	Pardas	2,12
	Indígenas	3,88
Nível de instrução	Sem instrução e fundamental incompleto	3,09
	Fundamental completo e médio incompleto	2,54
	Médio completo e superior incompleto	1,34
	Superior completo	1,14
Renda domiciliar <i>per capita</i> (número de salários mínimos)	Até ¼	3,9
	Mais de ¼ a ½	2,67
	Mais de ½ a 1	1,88
	Mais de 1 a 2	1,3
	Mais de 2 a 3	1,1
	Mais de 3 a 5	1,07
	Mais de 5	0,97
	Sem rendimento	2,03

Fonte: Tabela adaptada das informações fornecidas pelo Censo Demográfico de 2010 do IBGE. É importante notar que todos os valores são relacionados às médias nacionais. Esses valores mudam dependendo do estado e da região.

Conforme indica o censo, as mulheres negras e pardas apresentam taxas de fecundidade maiores em uma faixa etária mais jovem (20 a 24 anos) se comparadas às mulheres brancas (25 a 29 anos), e também em valores gerais. Para as mulheres indígenas, além de uma quantidade maior de filhos, o censo indica uma alta taxa de fecundidade acima dos 40 anos (aprox. 6%, de 40 a 44 anos).

Acreditando que relações como essas apresentadas acima não são casuais ou aleatórias e que estão relacionadas às mudanças culturais ao longo das décadas e aos novos significados do ser-mãe, a relevância do trabalho está em compreender as realidades das mulheres quilombolas da comunidade Toca/Santa Cruz, localizada em Paulo Lopes, e de que maneira elas vivenciam a experiência da maternidade – ou da não maternidade.

O formato impresso foi escolhido por diversas razões. Além da familiaridade com materiais jornalísticos impressos, aos quais direcionei meus estudos durante toda a graduação por meio de optativas, era possível que algumas das fontes não quisessem ter suas imagens representadas em formato de vídeo ou fotografia. O formato impresso evitaria de antemão este tipo de problema. Essa preocupação se mostrou pertinente, visto que as mulheres não quiseram mesmo ser fotografadas. Algumas delas inicialmente se mostraram relutantes até em falar comigo. Os momentos em que consegui produzir imagens foram o chá de bebê do bisneto de uma das matriarcas da comunidade que visitei e também um protesto para que outra das entrevistadas recuperasse a guarda das filhas.

Quanto ao local, restringi a apuração à Grande Florianópolis, mais especificamente ao município de Paulo Lopes, tanto por questões financeiras quanto por pouca disponibilidade de tempo para viagens (conciliação de atividades acadêmicas curriculares, extracurriculares e estágio).

Sendo um tema de relevância independente de posição geográfica, este trabalho poderia ser realizado em qualquer cidade do país, de acordo com a presença de comunidades quilombolas. Além dos motivos citados acima, há também a relevância de se tratar esse tipo de assunto em uma abordagem local. Tratar de maternidade em uma escala nacional deixaria de lado a interseccionalidade regional e as diferenças que as localidades em que essas mulheres vivenciam suas experiências podem trazer.

2.2 Mídia

Dos muitos estudos acerca do livrorreportagem, os trabalhos de Edvaldo Pereira Lima são reconhecidos por sua completude e qualidade. Para Lima (1998), o livrorreportagem tanto amplia o trabalho da imprensa cotidiana, do que ele denomina mídia tradicional, como também direciona a atenção para campos e temas tratados pelos veículos jornalísticos de forma superficial – ou, às vezes, nem mesmo tratados.

Um dos tabus da prática jornalística atual é superado pelo autor de forma direta e ponderada: a representação do passado.

[...] o passado não é estanque, algo que acabou e ponto final. Muito do que já ocorreu há tempos é o que governa o nosso dia-a-dia de hoje. Ao mesmo tempo, o passado não é algo linear, unidimensional. Existem, podemos dizer assim, diferentes "passados", ou diversificados níveis do tempo que já se foi, capazes de simultaneamente afetar o nosso presente. (LIMA, 1998, p. 19).

Este trabalho apresenta a preocupação de abordar um fato presente sem esquecer a perspectiva do passado. Mas, ao mesmo tempo, é mais que isso: não se trata simplesmente de usar o passado como um contexto para a apresentação de situações ou para a apresentação da cultura quilombola. Há uma intenção de passar ao leitor a ideia de que essa perspectiva passada ainda influencia, ainda governa as relações sociais que existem hoje, de forma direta ou indireta; que ela ainda mistifica o olhar e o imaginário social em relação a essas culturas; mas que outras formas de relações e organizações sociais se originaram desse passado, resultando em uma ligação, embora não uma continuidade.

Em lugar da atualidade, o jornalismo de profundidade deve buscar ler a contemporaneidade, um conceito muito mais elástico do tempo presente, que transcende o meramente atual para focalizar com grande pertinência as implicações, hoje, de eventos que não se deram apenas ontem, mas sim há anos, décadas talvez. Isso porque a contemporaneidade abrange, muito mais do que meros fatos, tendências que se formam ao longo do tempo nas mais diversas esferas da vida social, muitas vezes combinando-se e se relacionando nesse desenrolar. É esse trabalho de paciência detetivesca, encontrando ligações entre as coisas, que permite constatar o quanto do passado persiste no presente. (LIMA, 1998, p. 20).

Ao escolher o livrorreportagem como mídia, utilizei os dois conceitos que o autor apresenta sobre o aprofundamento do tema: extensivo e intensivo. Extensivamente, a vantagem do livrorreportagem consiste em ampliar a gama e a qualidade dos detalhes da história a ser contada; quanto ao aprofundamento intensivo, há uma verticalização do tema, que “dinamiza a compreensão do tema focalizado pela reportagem, inserindo-o precisamente no contexto contemporâneo” (LIMA, 1998, p. 29).

Ao tratar a maternidade por essas duas perspectivas, o objetivo foi apresentar o tema ao leitor de modo que ele obtivesse, por meio do trabalho (dos detalhes, da qualidade e da profundidade), uma bagagem de conhecimento que possibilitasse a formação de suas próprias ideias e a desconstrução de seu próprio lugar social.

Para adquirir mais conhecimento sobre a produção desse tipo de material jornalístico, inspirei-me em livros que apresentam alto nível de qualidade, apuração e sensibilidade com as fontes, como, por exemplo, o trabalho de Brandalise (2017) sobre a eutanásia no Brasil e alguns Trabalhos de Conclusão de Curso de alunos do Departamento de Jornalismo da UFSC, como Domingues (2016), Oliveira (2016) e Castanhel (2016).

Outra preocupação a respeito deste Trabalho de Conclusão de Curso era que o produto final fosse realmente jornalístico, e não o resultado de uma vivência antropológica. Que pudesse oferecer um conteúdo contemporâneo, que possibilitasse ao leitor a aquisição de conhecimento, formação de opinião sobre o tema e o entendimento de como os fatores históricos influenciaram na maternidade quilombola como ela é vista hoje.

A aplicação de técnicas de enfoque, captação e descrição da realidade oriundas da antropologia permitem que o jornalista respeite ao máximo a cultura e a linguagem das personagens, dando apenas alguns toques sutis e deixando-as livres para mostrar sua própria realidade (LIMA, 1998, p. 38). Brasil (2012) apresenta o conceito de antrojournalismo, corroborando com a visão de Lima (1998) sobre a importância das técnicas da antropologia para a produção de um material jornalístico de qualidade, principalmente no que remete à metodologia etnográfica, o trabalho de campo.

Entre a curiosidade por povos com costumes “exóticos” e a necessidade de um aprofundamento do noticiário internacional, pode ser que estejamos criando uma espécie de “antrojournalismo”. Ou seja, uma mistura entre as propostas totalizantes e científicas da antropologia com as técnicas jornalísticas mais voltadas para a popularização do conhecimento e do interesse geral do público.

Definida como “uma certa atitude que filtra a maneira que vemos tudo mais na vida”, a antropologia pode não só evitar um pensamento reducionista mas também apontar melhores pautas para um novo jornalismo. (BRASIL, 2012, p. 209).

Um dos pontos destacados pelo autor é o fato de que essa mistura ajuda a evitar o “etnocentrismo” e a “homogeneização cultural”, o que foi precisamente a intenção do trabalho ao abordar a maternidade pelo viés da interseccionalidade: mostrar que o ser-mãe não precisa ser apenas visto pela perspectiva feminista branca – uma obrigação a ser cumprida, um instinto inevitável, uma prisão sem grades.

Outra característica do livrorreportagem é a combinação das técnicas jornalísticas com as técnicas literárias, herança do *New Journalism* – movimento que aconteceu nas décadas de 60 e 70, em uma época de grande efervescência cultural nos Estados Unidos, e que reuniu nomes pioneiros para revolucionar a produção jornalística (LIMA, 1998). O autor elenca alguns recursos literários que deram um salto de qualidade no *New Journalism*:

- Ponto de vista: centralização da narrativa sob a perspectiva de alguém que participa ou testemunha um acontecimento ou situação. É renovado pela turma do *New Journalism* na medida em que se perde a limitação de o repórter narrar sob um só prisma. O texto pode começar na primeira pessoa e logo pular para a terceira. O repórter não tem pudor em revelar suas impressões. Sua subjetividade é tão válida quanto a suposta “objetividade” da imprensa convencional.
- Fluxo de consciência: reprodução do pensamento do personagem, geralmente na forma desorganizada, como várias coisas nos vêm à mente.
- Ponto de vista autobiográfico: o repórter faz referência a ele próprio, no texto narrativo, como se fosse um personagem qualquer.
- Símbolos do cotidiano: registram gestos, costumes, hábitos, vestuário, decoração e tudo que sirva para o leitor situar, deduzir, inferir melhor o estado de ânimo dos personagens, os relatos, a época, a posição que ocupam na sociedade.
- Diálogos: empregados de modo solto, envolvente, para dar ritmo ao texto. Procura-se usá-los do modo mais natural possível.

- Construção cena-a-cena: a narração é organizada de modo a exibir o acontecimento ou a situação de que trata a reportagem como algo presente, em desdobramento no ato do mesmo, em que o leitor toma contato com o texto.

Importante destacar que o objetivo não é apenas ampliar a utilização das técnicas, mas, como explica Bulhões,

[...] o compromisso do jornalismo de ser um instrumento de revelação e desmascaramento da realidade social traduz-se na atitude literário-ficcional de lançar um olhar indiscreto, próprio da onisciência, a intimidades recônditas [...]. Fora das páginas dos jornais diários, sua extensão na malha de livros não é mera ampliação, mas redefinição de atributos em conformações peculiares. (BULHÕES, 2006, p. 200).

Dessa forma, apesar de o livrorreportagem aprofundar, sim, a narrativa do jornalismo tradicional, é imprescindível entender que as técnicas utilizadas mudam, assim como muda a linguagem e a maneira de contar as histórias.

3 PROCESSO DE APURAÇÃO

3.1 Pré-apuração

Comecei a pré-apuração do meu trabalho no primeiro semestre de 2017, durante a disciplina de Técnicas de Projetos, pela seleção de fontes. Naquela etapa, procurei elencar fontes mais institucionais e acadêmicas, como entidades representativas das populações quilombolas, professoras (es) da UFSC e da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), além de pesquisadoras (es) do tema.

Das primeiras pessoas entrevistadas, nem todas foram citadas no texto. Como, inicialmente, ainda não tinha meu tema totalmente decidido e elaborado, então acabei entrando em contato com fontes que, mesmo sendo solícitas e dispostas a me ajudar, não tiveram conhecimento suficiente sobre o assunto (como descobri após as visitas e as conversas com quem havia convivido com a comunidade).

As fontes começaram a se revelar quando tive minha primeira conversa com Nathália Dothling Reis, a mestrandia em Antropologia que ministrou a palestra na disciplina de Jornalismo e Gênero e me inspirou a trabalhar outras maternidades neste trabalho. A partir dela, pude conhecer mais sobre as populações remanescentes de quilombos de Santa Catarina e do Brasil, visto que ela já havia feito uma pesquisa prévia mais extensa do que a minha e também havia visitado duas comunidades remanescentes de quilombos do estado: a Aldeia, localizada em Imbituba, e a Toca/Santa Cruz, de Paulo Lopes.

Os relatos dela sobre a Toca (e depois de outras fontes) me chamaram a atenção por um motivo principal: a invisibilidade que o resto do município de Paulo Lopes insistia em atribuir à comunidade. Desde a completa negação da existência daquelas pessoas (quando uma estudante da Udesc me contou que passou sete dias no município até descobrir sobre a localidade) até a recusa em oferecer empregos para quem mora lá, o descaso com a população negra é incutida nas crianças e vai reverberando até atingir a esfera mais alta, que é o Executivo municipal. Decidi, então, restringir meu local de pesquisa à Toca e, já pelas conversas com Nathália, dividir o livroreportagem nos quatro capítulos citados no resumo.

Por meio dela, conheci Gisely Botega, a pedagoga e psicóloga que me apresenta às matriarcas da comunidade. Meu primeiro encontro com essas mulheres, no dia 19 de agosto,

ainda fez parte da pré-apuração, pois, neste dia, não fiz nada além de conhecê-las, apresentar-me, explicar sobre meu trabalho. É um movimento de respeito e reconhecimento, para não assustá-las ou sobrecarregá-las com uma tentativa tão precoce de entrevista. É só no final de semana seguinte, dia 26 de agosto, que conversei efetiva e jornalisticamente com as duas primeiras matriarcas.

Na fase de pré-apuração, fiz diversas leituras sobre maternidade, incluindo livros, artigos acadêmicos, artigos de revistas e sites, mas a grande maioria se relacionava à maternidade branca citada na fundamentação teórica. Os recortes étnico-raciais eram bastante limitados, quando não inexistentes, e logo considerei precocemente a bibliografia sobre o tema como “escassa”. No último mês de apuração propriamente dita, conheci o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Udesc, uma descoberta que agregou um valor inestimável ao meu trabalho. Por meio das (os) estudantes integrantes do NEAB, bem como do coordenador do Núcleo, professor Paulino de Jesus Francisco Cardoso, aprendi algumas lições valiosas, principalmente a de procurar “direto na fonte”. Aprendi que, como branca, como o “Outro Absoluto”, nunca conseguiria compreender totalmente o que significa ser negra (o) no Brasil hoje. Claro, soube desde o início que nunca teria a experiência prática, as vivências, mas também descobri que exige um tempo muito mais amplo de estudo e leitura para que uma pessoa branca consiga adquirir bagagem teórica suficiente sobre o assunto.

Além disso, as visitas ao NEAB me mostraram que raramente pode-se considerar a bibliografia sobre um tema como “escassa”, pois estamos acostumadas (os) a recorrer a autoras (es) pertencentes a culturas hegemônicas, inclusas (os) no cânone, enquanto há muitos nomes aos quais podemos recorrer e que não são frequentemente citados nos estudos acadêmicos. Principalmente quando se trata de populações com histórico de relações étnico-raciais, há uma gama de estudiosas (os) que falam sobre temas variados, mas acabam preteridos em favor das (os) mesmas (os) pesquisadoras (es) de sempre.

3.2 Apuração

Como citado no item anterior, a apuração iniciou-se no dia 26 de agosto de 2017, quando fiz as primeiras entrevistas com duas das quatro matriarcas da comunidade. Fiz uma lista prévia de perguntas e me dirigi primeiramente à casa de Verônica Prudêncio de Jesus, que havia me

recebido de forma mais acolhedora na primeira visita. A ideia era proceder uma entrevista semiestruturada, de acordo com o roteiro pré-estabelecido, e ir acrescentando perguntas de acordo com as informações que elas revelassem.

No caso de Verônica, o esquema funcionou de acordo com o que eu esperava. Conversamos por pouco mais de uma hora e trabalhei de acordo com o que havia colocado em meu projeto elaborado na disciplina de Técnicas de Projeto: aplicando estratégias do chamado antrojornalismo, deixei que a matriarca contasse sua história da maneira que achasse mais adequada, interferindo o mínimo possível, perguntando apenas para esclarecer dúvidas. Durante toda nossa conversa, os temas foram conduzidos de acordo com a vontade da entrevistada; e, ainda assim, consegui trabalhar todas as perguntas que havia inicialmente elaborado. Estabeleci com ela uma relação de confiança e abertura que me permitiu abordar os temas que trabalhei no livroreportagem: subvalorização do trabalho realizado por pessoas negras, condições socioeconômicas, relação com as (os) filhas (os), falta de assistência municipal à comunidade, os partos e a violência obstétrica, uso de métodos contraceptivos, ausência do marido, papéis de liderança e o convívio com as pessoas brancas que moram na Toca.

No mesmo dia, entrevistei também Natalina Felipe, a presidenta da Associação Quilombola de Paulo Lopes. De todas as entrevistas que fiz, essa foi a mais difícil, principalmente por causa da relutância de Dona Natalina em compartilhar detalhes de sua vida com alguém que não conhecia. Visitei a casa dela quatro vezes, conversamos sobre vários assuntos triviais, embora em alguns ela tenha se aprofundado – como, por exemplo, as relações entre família e o orgulho das (os) filhas (os) biológicas (os) e de criação. Mas desde o início tinha intenção de abordar, no capítulo dela, a ligação com a prática de umbanda, e isso foi mais complicado de conseguir. A maior parte do que apurei foi dito por ela depois de um “trabalho de formiguinha”, mas algumas coisas complementares precisei descobrir com Gisely e Nathália, as duas pesquisadoras que passaram partes de suas trajetórias acadêmicas convivendo com as mulheres da comunidade.

Ao contrário dos outros capítulos, o de Dona Natalina não traz as informações em uma ordem cronológica ou linear, pois, muitas vezes, algo dito por ela na primeira entrevista era complementado por uma fala da última, já que ela soltava as histórias de sua vida aos poucos.

A última matriarca a ser entrevistada foi Maria da Glória Marcelino, que me recebeu mais receptivamente do que eu esperava. Além dos assuntos conversados com Dona Verônica,

consegui falar com ela também sobre as mudanças da maternidade das novas gerações, principalmente na quantidade de filhas (os) e nos tabus criados em torno de relacionamentos amorosos.

Outro ponto abordado em nossa entrevista foi a postura do marido dela quanto às relações familiares (com a esposa e com as (os) filhas (os)). Conforme ela me contava as histórias do passado, minha cabeça martelava na ideia de violência doméstica e em como ela havia sofrido agressões verbais e psicológicas por parte dele. Quando me sentei para escrever, porém, acabei me encontrando em um dilema: sabendo que as mulheres da Toca teriam acesso ao trabalho, o quanto reproduzir os relatos dela poderia prejudicá-la na comunidade? Optei por caracterizar as atitudes do marido como violência doméstica, embora de forma indireta, relacionando com outros casos informados a mim por Nathália, e não me estender muito nessa parte para não causar nenhum dano a ela.

Foi por meio das entrevistas com Dona Verônica e Dona Glorinha que consegui, também, obter mais informações sobre Lúcia, uma das matriarcas da Toca que faleceu durante a apuração. Uma das coisas que priorizei quando escolhi meu tema foi respeitar a decisão das pessoas de não dar entrevistas. Como a família de Dona Lúcia não estava disposta a conversar, bem como a outra matriarca do núcleo familiar dela, Dona Maria, decidi não pressionar e trabalhar com o que consegui descobrir.

O mesmo aconteceu com o caso Gracinha, que destrinchei no último capítulo do livrorreportagem. Desde o começo da apuração, procurei por pessoas que estivessem envolvidas com a história dessa mulher e das filhas, que foram tiradas de seu convívio após uma denúncia anônima. Além de Gisely, Nathália e as mulheres da comunidade, minha primeira entrevista oficial sobre o caso foi no dia 26 de setembro de 2017, quando conversei com a antropóloga Raquel Mombelli, que faz parte da rede de apoio formada para ajudar Gracinha a recuperar a guarda das crianças. Paralelamente, vinha tentando contato com o Movimento Negro Unificado (MNU) de Santa Catarina desde 24 de agosto de 2017 – pela página do Facebook, posteriormente via WhatsApp e por ligações telefônicas –, sem sucesso. Foi apenas na primeira semana de outubro que, após um convite de Raquel para participar de uma reunião sobre o caso, conheci Maria de Lourdes Mina e a advogada de Gracinha, Patricia Soares Martins de Oliveira, a quem consegui entrevistar no dia 19 de outubro de 2017. Por fim, consegui contato com a

promotora de justiça responsável pelo caso na época, depois de muitas recusas tanto por parte dela quanto da juíza.

O caso de Maria da Graça de Jesus é cercado por boatos e interpretações, além de estar em segredo de justiça por envolver menores de idade, o que dificulta os processos jornalísticos de apuração e produção. O fato de não ter acesso aos documentos do processo jurídico muitas vezes me impediu de confirmar as versões dadas por ambos os lados da história. Apesar de muitos veículos de informação adotarem a estratégia de divulgar informações e atribuí-las às (aos) entrevistadas (os), em muitos momentos optei por não incluir determinadas informações no texto. Como estudante de jornalismo e futura jornalista, com base no que aprendi em minhas experiências acadêmicas e profissionais, interpretei que as histórias omitidas seriam mais prejudiciais ao caso e às (aos) envolvidas (os), principalmente as duas meninas, do que agregariam algum valor ao trabalho. Considerei que, com o que trouxe no livroreportagem, as (os) leitoras (es) não perderiam nenhuma informação e não teriam a compreensão do texto prejudicada.

Da mesma forma que com a família de Dona Lúcia, decidi não forçar uma tentativa de entrevistar Gracinha. Tive duas oportunidades de conversar com ela durante a apuração: a primeira foi durante o protesto, o que de fato fiz, mas não exclusivamente. Estudantes do curso de cinema da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), a pedido do MNU, cobriram a manifestação e também entrevistaram a mãe quilombola. A segunda foi durante uma visita à Toca para conversar com Dona Natalina, mais uma das várias tentativas que fiz de obter informações sobre a prática de umbanda. Enquanto entrava de carro na comunidade, vi uma das filhas da matriarca caminhando ao lado de Maria da Graça na estrada principal. Nessa época, porém, já estava em negociação com a Patricia para conseguirmos uma entrevista com ela, então decidi que seria melhor esperar pela resposta da advogada. Por fim, Gracinha não quis falar comigo pessoalmente, então resolvi respeitar a vontade dela e utilizar apenas suas falas do protesto. Quanto às minhas visitas, não pude abordá-la nesses momentos porque Gracinha está temporariamente morando fora da comunidade, pois a rede de apoio vem se mobilizando há alguns meses para arrecadar fundos e construir uma casa nova para ela. Sendo assim, nos dias em que fui à Toca, ela não estava presente.

Todas essas decisões moldaram o último capítulo em uma estrutura e uma linguagem diferente dos outros quatro. Além de ordená-lo de uma forma mais cronológica e linear,

interpondo informações de ambos os lados do modo mais objetivo possível – considerando os debates acadêmicos a respeito do mito da imparcialidade jornalística –, as falas mais opinativas e reflexivas deixei por conta das entrevistadas. Ainda assim, essa parte do livro-reportagem ficou bastante baseada nas versões da defesa de Gracinha, visto que foram as pessoas que mais se propuseram a discutir o caso de maneira menos jurídica e mais aberta.

3.3 Fontes

Elaine Cristina de Souza Freitas: juíza responsável pelo caso de Gracinha quando ainda estava correndo na Comarca de Garopaba, à qual pertence o município de Paulo Lopes. Não quis dar entrevista.

Gisely Botega: psicóloga e pedagoga graduada pela Unisul, com mestrado e doutorado pela UFSC. Em seu Trabalho de Conclusão de Curso, sua dissertação e sua tese, trabalhou temas relacionados às comunidades quilombolas, com recorte geográfico na Toca/Santa Cruz.

Maria da Glória Marcelino: 63 anos, matriarca nascida na comunidade Toca/Santa Cruz. Casou-se aos 15 anos, forçada pela mãe, e teve oito filhas (os), três das (os) quais já faleceram. Após o casamento, deixou de trabalhar fora para cuidar da casa e da família.

Maria da Graça de Jesus: 49 anos, nascida na comunidade Toca/Santa Cruz. Em novembro de 2014, teve suas duas filhas mais novas retiradas de seu convívio e abrigadas após uma denúncia anônima por causa das condições de higiene da casa em que viviam e da maneira como cuidava das meninas. Em julho deste ano, elas foram colocadas em uma família substituta sem que a defesa fosse informada do paradeiro delas. Mesmo após dois pedidos, tanto de Dona Natalina quanto de Dona Verônica, nenhuma das duas conseguiu a guarda delas, mesmo a lei indicando que crianças quilombolas devem ser colocadas preferencialmente em famílias quilombolas.

Mirela Dutra Alberton: promotora de justiça do Ministério Público de Santa Catarina, responsável pelo processo de destituição do poder familiar de Maria da Graça quando ainda estava correndo na Comarca de Garopaba, à qual pertence o município de Paulo Lopes.

Natalina Felipe: 65 anos, matriarca da comunidade Toca/Santa Cruz. Casou-se aos 16 anos e foi morar com o marido, nascido e criado na Toca. Teve oito filhas (os) biológicas (os) e quatro de criação. É presidenta da Associação Quilombola de Paulo Lopes e representa os interesses da comunidade perante as autoridades municipais. Seu núcleo familiar é o único praticante da religião umbanda.

Nathália Dothling Reis: bacharela em Ciências Sociais pela UFSC e mestranda em Antropologia Social também pela instituição. Está produzindo sua dissertação sobre as lideranças das comunidades remanescentes de quilombos Toca/Santa Cruz, em Paulo Lopes, e Aldeia, em Imbituba.

Náthally Custódio: estudante de Ciências Econômicas e integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Participou de oficinas realizadas na comunidade Toca/Santa Cruz e teve contato direto tanto com pessoas da Toca quanto com agentes públicas (os) do município de Paulo Lopes.

Patricia Soares Martins de Oliveira: advogada de defesa de Maria da Graça. Vem representando Gracinha nos dois processos que correm paralelamente no sistema Judiciário: o de destituição do poder familiar e o pedido de guarda das crianças feito por Dona Verônica.

Raquel Mombelli: coordenadora do Comitê Quilombo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e integrante da rede de apoio formada para ajudar Maria da Graça a recuperar as filhas.

Verônica Prudêncio de Jesus: 61 anos, matriarca da comunidade Toca/Santa Cruz. Casou-se aos 25 anos e foi morar com o marido, nascido e criado na Toca. Teve quatro filhas

(os) e trabalhou em vários empregos, majoritariamente como lavadeira e diarista, para ajudar no sustento da família.

Zaira Custódio: psicóloga do Hospital Universitário (HU) Polydoro Ernani de São Thiago há 22 anos, desde que abriu a maternidade. Sua atuação é na clínica obstétrica e na unidade neonatal. Coordena, desde que chegou ao HU, um grupo de gestantes e casais grávidos, em um prédio anexo ao hospital e que pertence à UFSC.

3.4 Redação

Comecei a redigir o trabalho no começo de outubro, mesmo que ainda não tivesse todas as entrevistas feitas ou marcadas. Como cada capítulo é relativamente independente do outro no que diz respeito às histórias das mulheres, esse não foi um problema.

Ao contrário da apuração, a redação, para mim, foi a parte mais fácil do processo, pois as trajetórias de vida das entrevistadas conduziam a narrativa quase que de forma autônoma. Durante nossas conversas, de acordo com o que elas revelavam sobre si mesmas, sobre suas famílias e a comunidade, minha mente já maquinava a maneira como isso seria estruturado em forma de texto.

Nem tudo foi tão perfeito, porém. Durante a entrevista com a mestrandia Nathália Dothling Reis, ela já havia me avisado da dificuldade em trabalhar as informações obtidas na Toca de forma não colonizadora. “Às vezes, eu queria analisar as coisas do jeito que estou acostumada e não é bem por aí, né? Ao trabalhar com as comunidades, a gente corre muito o risco de analisar eles do jeito que a gente tá acostumada, e pra mim isso é ser colonizador do mesmo jeito. É continuar colonizando essas pessoas. E é meu desafio na hora de escrever minha dissertação, que eu pretendo começar agora em agosto”, contou.

Cada coisa que eu escrevia, cada história que contava exigia um momento de reflexão: “O que elas pensam sobre isso?”. Muitas vezes, as matriarcas não externavam suas impressões sobre as coisas, então eu acabava tendo que me guiar por gestos, como os tapas na mesa que Dona Verônica dava enquanto falava sobre o caso da Gracinha; as expressões, muitas vezes distantes, outras vezes admiradas, como o olhar de Dona Glorinha para a neta Isabel; e algumas

frases de efeito, por exemplo: “Porque o mundo não é só de rosas”, ou “É sempre assim que eles fazem com o pessoal da Toca”, ou ainda “Mas são coisas que a gente não pode esquecer”.

Foi um jogo de equilíbrio: tentar não julgar as experiências das mulheres por meu olhar estrangeiro, branco, vindo de outra realidade social e econômica (mesmo sabendo que é impossível se isentar totalmente de meu lugar de fala) *versus* ainda assim contar as histórias delas sem omitir detalhes que eu considerava importantes para caracterizar as vivências das pessoas da comunidade.

Também tive dúvidas, durante o processo de redação, sobre o quanto deveria me inserir na narrativa. Tentei me ater às falas das entrevistadas, posicionando-me como personagem apenas no lugar da repórter, às vezes de observadora. Mas, em alguns momentos, considerei essencial (e mais honesto) falar sobre minhas impressões e meus sentimentos em relação às situações que vivenciei. Como, por exemplo, a resistência de Dona Natalina em me receber, ou o episódio com o núcleo de Dona Lúcia. Dessa forma, fica explícito para as (os) leitoras (es) que mesmo as tentativas de ajuda – nesse caso, como expliquei no texto, por meio da visibilização da comunidade – podem acabar incomodando.

Cada mulher entrevistada representou pelo menos um eixo interseccional, como enunciado no título do trabalho. No projeto, defini que trabalharia as histórias das mulheres de acordo com quatro interseccionalidades: classe, etnia, geração e religião. Estes são fatores que influenciam diretamente no modo de ser-mãe das mulheres e que, de certa forma, (des)uniformiza as experiências delas. Ou seja, mostra que, mesmo na condição de remanescentes de quilombolas – a qual faz com que compartilhem determinadas vivências e características –, ainda assim suas histórias são únicas de certas formas.

Todas elas estão relacionadas, em alguma medida, às questões de classe, e não apenas no que diz respeito às diferenças socioeconômicas entre as pessoas que moram na Toca e as que não moram. Dentro da própria comunidade, alguns núcleos familiares estão melhor estruturados economicamente do que outros. Por isso, trago mais fortemente essa perspectiva nos relatos de Dona Verônica e Dona Glorinha, tanto nos momentos em que contam as dificuldades que vivenciaram, os tempos de pobreza e falta de recursos, quanto nas histórias de superação desses obstáculos. Ainda assim, trago nos capítulos das quatro matriarcas e também no capítulo de Gracinha a assistência irrisória que recebem do governo municipal e das (os) agentes públicas (os) de Paulo Lopes.

Dos quatro núcleos, o de Dona Natalina é o que mais está prejudicado socioeconomicamente; mas, mesmo tendo tratado o assunto em algum ponto do capítulo dela, preferi trabalhar a história dessa matriarca em relação à religião. Considerei que “bater na tecla” da falta de assistência e da pobreza acabaria reforçando o estereótipo de vulnerabilidade associado aos chamados povos tradicionais e eclipsando as riquezas culturais que Dona Natalina poderia passar.

No capítulo dela, abordei a prática da religião umbanda, que, dentre outras raízes, também pode ser considerada de matriz africana, e como o núcleo familiar dela é o único que liga a comunidade à umbanda não só como exercício religioso, mas também como resistência histórica negra.

Dentro da prática da religião, fiz a relação entre a maternidade biológica e a maternidade “de santo”, principalmente a forma como essa posição confere a ela autoridade bastante semelhante à que possui dentro da própria Toca, como presidenta da Associação Quilombola do município.

A questão de diferenças entre gerações foi mais aprofundada no capítulo de Dona Glorinha, em especial no relato de seu casamento precoce e da mudança dos tempos, tanto no que diz respeito a relacionamentos quanto à quantidade de filhas (os). Essas distinções, porém, também ficam visíveis quando as matriarcas falam das preocupações relacionadas à maternidade, da criação das (os) netas (os) e da inserção das mulheres no mercado de trabalho hoje.

O capítulo de Gracinha congrega, de certa forma, um pouco de cada coisa – a situação de vulnerabilidade socioeconômica em que se encontra, o apoio e a ajuda que procura nas matriarcas da Toca para poder voltar a exercer sua própria maternidade, a demonstração de fé católica ao acreditar que Jesus trará suas filhas para casa. Mas, em seu caso, ficam mais evidentes os preconceitos das pessoas que não vivem na comunidade e não entendem o ser-mãe das mulheres de lá, que está fortemente vinculado às relações étnicas e à ancestralidade negra.

A redação do texto aconteceu entre o começo de outubro e a metade de novembro de 2017. O livro tem 84 páginas e está dividido em cinco capítulos, a saber: *O que significa seu ‘nós’, mulher branca?*, com 11.022 caracteres; *Fez e faz história segurando esse país no braço*, com 29.280 caracteres; *Vai dar mó treta quando disser que vi Deus, Ele era uma mulher preta*, com 16.767; *Não sou a subalterna que o senhorio crê que construiu*, com 25.818 caracteres; e *Não tem mais canção de ninar, primeiro passo e beijo*, com 34.381 caracteres.

O título do primeiro capítulo, que foi uma introdução ao livrorreportagem, tirei do texto *Rumo a um feminismo descolonial*, da filósofa argentina María Lugones. Os outros títulos vieram de letras de músicas que falam sobre negritude e resistência histórica, cada uma delas fortemente relacionada à temática do capítulo ao qual foi atribuída: *A carne*, de Elza Soares; *Mãe*, de Emicida; *Mulheres negras*, de Eduardo, interpretada por Yzalurú; e *A mão que assalta o berço*, de Eduardo. Caso considere pertinente, recomendo tanto a leitura do texto de Lugones quanto ouvir as músicas mencionadas, pois esses materiais mostram que os problemas encontrados na Toca se estendem além de limites geográficos e temporais, atingindo a toda a população negra e se perpetuando através das décadas.

3.5 Formato e diagramação

Por não ter desenvolvido meus conhecimentos gráficos durante a graduação e pelo cronograma restrito devido à dificuldade de entrar em contato com as pessoas relacionadas a Gracinha, deixei a diagramação a cargo das amigas Amanda Rodrigues Constâncio e Ana Carolina Dehnhardt Guasti. Por esse motivo, optei por não ser avaliada pelo projeto gráfico do livrorreportagem.

Quanto ao formato, utilizei o de 13,5 centímetros de largura por 19 centímetros de altura, próprios de uma folha A5.

3.6 Edição e revisão

Título do livrorreportagem, títulos dos capítulos e intertítulos foram escolhidos por mim – alguns antes da redação, outros após. O do trabalho foi o primeiro a ser escolhido, pois eu o havia apontado como título provisório e acabei tornando-o final.

As retrancas de cada capítulo foram divididas por temas, com exceção do último. Conforme explico no próprio trabalho, como o caso Gracinha é bastante complexo e cheio de idas e vindas jurídicas, optei por separá-lo em blocos cronológicos, cada um deles representando um acontecimento crucial na história de Maria da Graça.

Também escolhi o texto utilizado na contracapa do livrorreportagem, um relato feito por Dona Natalina sobre o apego entre ela e um filho de criação. Mesmo não sendo o excerto mais

impactante do trabalho, acredito que ele resume de forma sensível e simples a maneira como as mulheres da Toca se relacionam com seus núcleos familiares, principalmente as (os) filhas (os).

A revisão foi feita por mim, pela orientadora e pelo amigo Joelson Cruz Cardoso. Os dois primeiros capítulos foram revistados também pelas amigas Tamy Dassoler e Taynara Nakayama.

3.7 Imagens

A imagem da capa representa as mães da Toca, que levam a comunidade no coração e também no ventre, pois sem elas o futuro da população negra de Paulo Lopes seria apenas um não-lugar. São elas que estruturam, que organizam o grupo, que lideram e dão perspectiva. E também são elas que, por meio da maternidade biológica, permitem que a Toca continue existindo.

Quanto às fotografias, fiz algumas no chá de bebê de Wesley e no protesto para o retorno das filhas de Gracinha. Em outros momentos, as matriarcas não se mostraram abertas a essa opção. Por esse motivo, optei por não utilizar nenhuma delas no livrorreportagem.

4 CUSTOS

O orçamento total foi de R\$ 505,75, custeados por mim e por meus pais. No chá de bebê de Wesley, bisneto de Dona Natalina, peguei carona com a mestranda Nathália Dothling Reis, que custeou a gasolina e o pedágio.

DESCRIÇÃO	VALOR
Gasolina para as visitas à Toca	R\$ 40,00 (x5) = R\$ 200,00
Pedágio nas visitas à Toca	R\$ 5,20 (x5) = R\$ 26,00
Vale-transporte para as entrevistas fora da Toca	R\$ 3,34 (x5) = R\$ 16,70 R\$ 4,25 (x5) = R\$ 21,25
Balas levadas para as crianças dos três núcleos familiares	R\$ 7,00 (x3) = R\$ 21,00
Presente levado para o chá de bebê	R\$ 45,00
Gasolina para a cobertura do protesto em Garopaba	R\$ 60,00
Impressão dos livros	R\$ 29,00 (x3) = R\$ 87,00
Impressão dos relatórios	R\$ 9,60 (x3) = R\$ 28,80
TOTAL	R\$ 505,75

5 DIFICULDADES E APRENDIZADOS

O primeiro desafio que tive foi o de delimitar minha pauta. Em meu projeto, propus trabalhar a maternidade em uma escala bastante ampla, abrangendo mulheres brancas, indígenas, negras e quilombolas. Assim que comecei a apuração, porém, percebi que seria irrealizável. Além de haver muitas interseccionalidades envolvidas, e da disponibilidade das fontes, percebi que algumas coisas eram bastante abstratas. Por exemplo, o que é uma cultura branca? O branco como indivíduo não racializado e hegemônico manifesta sua cultura de diferentes maneiras. Também é muito amplo o leque de culturas envolvendo os mais de 300 povos indígenas existentes no Brasil. Optar por uma delas seria silenciar as outras e apresentar um recorte insuficiente da realidade.

Ao limitar minha pauta às 17 comunidades remanescentes de quilombos de Santa Catarina, deixo claro que a escolha pela Toca também é apenas um recorte, mas de um universo menos heterogêneo e numericamente menor em relação às culturas brancas, indígenas e negras.

A segunda dificuldade foi lidar com minhas próprias inseguranças. Minha pauta era pertinente? Será que eu não estava, como muitos outros trabalhos, caindo no erro de limitar mulheres à maternidade? Será que eu, como branca, teria propriedade suficiente para falar de uma cultura que não era a minha? E se cometesse algum erro? E se eu agisse ou escrevesse algo que fosse racista? E se nenhuma das fontes quisesse falar comigo? A calma da minha orientadora foi o que colocou meus pés no chão e me fez perceber que, mesmo que uma ou muitas dessas coisas acontecessem, não eram problemas sem solução. Que meu trabalho não era algo fixo e imutável, e sim um ponto de partida para muitas (auto)descobertas.

Outro desafio foi o acesso às fontes, principalmente às do caso Gracinha. Quando falo das fontes da comunidade, relaciono acesso à abertura, a desprendimento. Encontrei isso em todas as matriarcas, com exceção de Dona Natalina, como já relatado anteriormente. Em relação às pessoas envolvidas com a situação de Maria da Graça, a dificuldade no acesso foi mais primária, logo no contato. Enviar e-mails, mensagens, telefonar e não ser atendida em nenhum momento foi algo que atrasou bastante minha produção e dificultou a redação do texto.

Como também já mencionado anteriormente, tive que tomar diversos cuidados ao produzir o texto, principalmente no ato de pesar o que era importante e o que poderia prejudicar de alguma maneira as pessoas da comunidade. No entanto, considero esse tipo de “pisar em

ovos” algo que deve ser inerente a todo trabalho jornalístico, então não atribuo isso especificamente ao meu tema, e sim à minha condição de futura jornalista. Minha grande preocupação foi em tentar retratar as personagens de forma não estereotipada, sem associá-las o tempo inteiro à pobreza, às situações negativas decorrentes da discriminação contra a negritude, ao trabalho subvalorizado social e economicamente e, principalmente, à escravidão. Esses elementos estiveram todos bastante presentes em meu texto, mas esforcei-me muito para trazer também o espírito de liderança, os laços de união, as formas de pertencimento, assim como a importância dessas mulheres para a organização da comunidade.

Quanto ao aprendizado, percebi que posso resumi-lo em duas palavras: outras formas. Nesses mais ou menos três meses de apuração, as mulheres da Toca me ensinaram que existem outras formas de ver o mundo e de existir nele, outras formas de ser mulher e de ser-mãe, outras formas de ser feminista (mesmo sem nunca ter ouvido a palavra “feminismo”).

Além disso, mesmo com todos os conhecimentos fundamentais adquiridos na graduação, oferecidos por professoras (es) extremamente capazes e atenciosas (os), descobri também que existem outras formas de fazer jornalismo e outros critérios que definem o que é uma pauta.

6 REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 268 p. Tradução de Waltensir Dutra. Disponível em: <[http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital\(pdf\)\(rev\).pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital(pdf)(rev).pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2017.

BOM DIA SANTA CATARINA. Combater gravidez precoce é responsabilidade de toda sociedade; especialistas comentam. **G1**. 27 mar. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/bom-dia-santa-catarina/videos/v/combater-gravidez-precoce-e-responsabilidade-de-toda-sociedade-especialistas-comentam/5760701/>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BÖSCHEMEIER, Ana Gretel Echazú. **Natureza de mulher, nome de mãe, marca de negra: identidades em trânsito e políticas do corpo na comunidade quilombola de Boa Vista dos Negros**. 2010. 283 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/12263/1/AnaGEB_DISSERT.pdf>. Acesso em: 01 maio 2017.

BRANDALISE, Vitor Hugo. **O último abraço: uma história real sobre eutanásia no Brasil**. São Paulo: Record, 2017. 140 p.

BRASIL, Antonio. Telejornalismo investigativo com antropologia e sem câmeras ocultas. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel (Org.). **Reportagem, pesquisa e investigação**. Florianópolis: Insular, 2012. Cap. 12. p. 203-215.

BULHÕES, Marcelo. Aproximações renovadas: Jornalismo de Livros?. In: BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2006. Cap. 9. p. 192-202.

BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. Nova York: Routledge, 1990. 256 p. Disponível em: <https://selforganizedseminar.files.wordpress.com/2011/07/butler-gender_trouble.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCHE, Karla Leandro. Lei Federal 10.639/03, discussão de conceitos: multiculturalismo, diversidade, ações afirmativas, racismo, preconceito, afrodescendente, negro, entre outros. In: CARDOSO, Paulino Francisco de Jesus; RASCHE, Karla Leandro (Org.). **Formação de professores: produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana**. Florianópolis: Dioesc, 2014. Cap. 1. p. 12-28.

CASTANHEL, Isadora Ruschel. **Guerreiras na fronteira: histórias de mulheres guarani e kaiowá que resistem em terras indígenas entre o Brasil e o Paraguai**. 2016. 109 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/173287>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

DOMINGUES, Ana Carolina. **Vidas pela voz**: histórias de pessoas na luta pela reabilitação vocal. 2016. 66 p. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Departamento de Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

DUARTE, Marina Oliveira. **Vidas salgadas**. 2016. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Departamento de Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

FARIA, Juliana Toledo de. **A maternidade**: a construção de um novo papel na vida da mulher. 2005. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos3/maternidade-construcao-papel-vida-mulher/maternidade-construcao-papel-vida-mulher2.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971. 323 p.

FUTEMA, Fabiana. Desafio de empreendedora materna é separar agenda pessoal da profissional; veja dicas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 17 jan. 2017. Blog Maternar: dilemas maternos e a vida além das fraldas. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/tv/noticia/sophie-charlotte-fala-sobre-retomar-a-carreira-apos-a-maternidade-a-volta-para-o-trabalho-esta-incrivel.ghtml>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

GSHOW. Sophie Charlotte fala sobre retomar a carreira após a maternidade: 'A volta para o trabalho está incrível!'. **Globo.com**. 28 abr. 2017. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/tv/noticia/sophie-charlotte-fala-sobre-retomar-a-carreira-apos-a-maternidade-a-volta-para-o-trabalho-esta-incrivel.ghtml>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**: nupcialidade, fecundidade e migração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010. 346 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2017.

KANGUSSU, Imaculada; SUBIRATS, Eduardo; CHECHINEL, André. Feminismo em perspectiva tripla. In: BORGES, Maria de Lourdes; TIBURI, Márcia (Org.). **Filosofia**: machismos e feminismos. Florianópolis: Editora Ufsc, 2014. Cap. 5. p. 81-106.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1998. 69 p. (Coleção Primeiros Passos).

LÖFGREN, Isabel; GOUVÊA, Patricia. **Mãe preta**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 2016. 17 p. Disponível em: <http://www.maepreta.net/wp-content/uploads/2016/09/Mae_preta_katalog_2016.pdf>. Acesso em: 01 maio 2017.

MUNIZ, Vivian Whiteman. Não existe contradição entre a maternidade e o feminismo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 08 nov. 2015. Blogay: a contribuição dos gays, lésbicas e travestis para o mundo. Disponível em:

<<http://blogay.blogfolha.uol.com.br/2015/11/08/nao-existe-contradicao-entre-a-maternidade-e-o-feminismo/>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. Anne Hathaway compartilha primeira foto do filho. **O ESTADO DE S. PAULO**. São Paulo, 10 mar. 2017. E+. Disponível em:

<<http://emails.estadao.com.br/noticias/gente,anne-hathaway-compartilha-primeira-foto-do-filho,70001694408>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

ÖBERG, Barbara. Pais gastam até 10000 reais para decorar quarto de maternidade. **Veja São Paulo**, São Paulo, 07 abr. 2017. Semanal. Disponível em:

<<http://vejasp.abril.com.br/cidades/festa-maternidade-bufe/>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992. Lima, Peru. Disponível em:

<<http://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

RIC MAIS. Leandra Leal fala sobre experiência da maternidade. **R7**. Curitiba, 11 abr. 2017. Disponível em:

<<https://pr.ricmais.com.br/famosos/noticias/leandra-leal-fala-sobre-experiencia-da-maternidade/>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

SANTOS, Maria José dos. **Trajetória educacional de mulheres Quilombolas no quilombo das Onze Negras do Cabo de Santo Agostinho-PE**. 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <[https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10344/1/Maria Jose dos Santos.pdf](https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10344/1/Maria%20Jose%20dos%20Santos.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 26, n. 1, p.83-94, abr. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/10.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

SOUZA, P. B. ; ARAÚJO, K. A. . **A mulher quilombola: da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas**. Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. , p. 163-182.

SOVIK, Liv. A branquitude e o estudo da mídia brasileira: algumas anotações a partir de Guerreiro Ramos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2002, Salvador. **Anais...** . Salvador: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002. p. 1 - 13. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/2aba4f13fd65884dd8128293af34313d.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

TIBURI, Márcia. Aborto como metáfora. In: BORGES, Maria de Lourdes; TIBURI, Márcia (Org.). **Filosofia:** machismos e feminismos. Florianópolis: Editora Ufsc, 2014. Cap. 8. p. 163-175.